



### A VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO POR FALANTES INDÍGENAS TAPAYUNA: PRIMEIRAS REFLEXÕES

Jislaine da Luz (PPGLetras - UNEMAT/Sinop) <sup>1</sup>  
[jislaineluz@hotmail.com](mailto:jislaineluz@hotmail.com)

Thauany Ferreira Amaro (PPGLetras - UNEMAT/Sinop) <sup>2</sup>  
[thauany.f@gmail.com](mailto:thauany.f@gmail.com)

Neusa Ines Philippsen (PPGLetras - UNEMAT/Sinop) <sup>3</sup>  
[neinph@yahoo.com.br](mailto:neinph@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A presente pesquisa possui caráter qualitativo e é resultante de um estudo realizado no programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Sinop, Mato Grosso. Os sujeitos da pesquisa são indígenas da etnia Tapayuna, moradores na aldeia Kawêretxikô (Terra Indígena Capoto-Jarina – Mato Grosso), localizada no Parque Indígena do Xingu. O povo Tapayuna possui sua língua pertence à família Jê, do tronco linguístico Macro Jê. A metodologia aplica a análise qualitativa-interpretativista com base na autora Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008). Utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados somada à observação participante, conforme Antônio Chizzotti (1991). O *corpus* deste trabalho apresenta dois depoimentos, cujo objetivo central é a observação e análise dos fenômenos linguísticos oriundos das vivências desse povo em ambientes de línguas em contato, perpassando pela história no território original, deslocamentos e permanência no Parque Indígena do Xingu. A problemática infere na questão de como os aspectos sociolinguísticos influenciaram/influenciam no desenvolvimento da competência comunicativa dos Tapayuna com falantes indígenas de outras etnias, assim como, no contato com o não-indígena falante da língua portuguesa brasileira. Os excertos foram analisados à luz das teorias abordadas por Dante Lucchesi (2017) e Barcelos (2007). Dessa forma, compreende-se esta pesquisa como uma experiência inicial de análise com falantes indígenas Tapayuna, cujos conceitos explorados sugerem não só alguns caminhos pelo olhar da Sociolinguística, da subárea da Sociolinguística Variacionista como também contribuem com reflexões necessárias às políticas linguísticas para os povos indígenas em todo o país, os quais necessitam urgentemente de apoio de linguistas de campo, trazendo esse contexto sociolinguístico rico para o campo das pesquisas científicas e à visibilidade social, a fim de romper as barreiras linguísticas de poder historicamente impostas, assim como do silenciamento de muitas vozes indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística variacionista. Línguas em contato. Indígenas Tapayuna.

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2004, atualmente mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), ofertado pela UNEMAT no Campus Universitário de Sinop. Integrante do Grupo de Estudos e pesquisas em Linguística Aplicada e Sociolinguística (GEPLIAS) Sinop, Mato Grosso, Brasil.

<sup>2</sup> Graduada e mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop.

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Sinop). Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [neinph@yahoo.com.br](mailto:neinph@yahoo.com.br)



**ABSTRACT:** The present research is qualitative and is the result of a study carried out in a Postgraduate Program in Languages by University of the State of Mato Grosso (UNEMAT), in Sinop, Mato Grosso. The subjects of the research are indigenous of the Tapayuna ethnic group, inhabitants in the village Kawêretxikô (Indigenous Land Capoto-Jarina - Mato Grosso), located in the Xingu Indigenous Park. The Tapayuna people have their own language belonging to the Jê family, from the Macro Jê linguistic trunk. The methodology applies the qualitative-interpretative analysis based on the author Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008). The semi-structured interview was used as a data collection technique in addition to participant observation, according to Antônio Chizzotti (1991). The corpus of this work presents two statements, whose main objective is the observation and analysis of the linguistic phenomena originating from the experiences of this people in environments of languages in contact, passing through history in the original territory, displacements and permanence in the Xingu Indigenous Park. The problematic infers in the question of how the sociolinguistic aspects influenced in the development of the communicative competence of the Tapayuna with indigenous speakers of other ethnic groups, as well as in the contact with the non-indigenous speaker of the Brazilian Portuguese language. The excerpts were analyzed in light of the theories addressed by Dante Lucchesi (2017) and Barcelos (2007). Thus, this research is understood as an initial experience of analysis with Tapayuna indigenous speakers, whose explored concepts suggest not only some paths through the look of Sociolinguistics, the sub-area of Variationist Sociolinguistics but also contribute with necessary reflections to the linguistic policies for the indigenous peoples all over the country who urgently need support from field linguists, bringing this rich sociolinguistic context to the field of scientific research and social visibility, in order to break the historically imposed language barriers to power as well as the silencing of many indigenous voices.

**KEYWORDS:** Variationist Sociolinguistics; Languages in contact; Indigenous Tapayuna.

### 1 Contexto Sociolinguístico: a língua, o deslocamento e os contatos linguísticos do povo Tapayuna

O contexto da presente pesquisa ocorre com indígenas da etnia Tapayuna, os quais se auto denominam como Kajkwakratxi, cuja tradução literal segundo estudos da antropóloga e pesquisadora Daniela Batista de Lima (2018) é “os do começo do céu, leste”. Atualmente vivem no Parque Nacional do Xingu, na Aldeia Kawêretxikô, na Terra indígena Capoto-Jarina e Wawi, ambas no estado de Mato Grosso.

Segundo estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1995, a população Tapayuna nessa região era de somente 58 pessoas, sendo que em 2010 há um aumento para cerca de 160 pessoas. Os registros históricos sobre o povo Tapayuna ainda são escassos, porém evidenciam os contatos hostis dos não-indígenas com o povo também chamados de “Beicho-de-Pau” devido a utilização do botoque labial, que hoje aparece apenas em fotos e nas memórias da cultura dos ancestrais.



A luta dos Tapayuna contra a invasão comercial começou por volta de 1950 e relacionava-se às questões fundiárias e seringalistas, principalmente, devido ao modo de sobrevivência da tribo através de caça e coleta, em que a ocupação originalmente abarcava um extenso território no vale do Rio Arinos e Rio Sangue, no noroeste de Mato Grosso.

Em meados de 1965, várias expedições foram enviadas para fins de uma pacificação que nunca se justificou, pois o povo Tapayuna não estava em guerra ou conflitos, apenas reagia contra a invasão e violência do homem branco. Dois eventos trágicos marcaram para sempre a história do povo Tapayuna. O primeiro, em 1953, por envenenamento através de arsênico no açúcar descoberto 15 anos depois do ocorrido e largamente noticiado e, posteriormente sem muita divulgação, foi encontrado veneno em carne de anta que também vitimou muitos indígenas, sem contar que o deslocamento forçado ao parque Nacional do Xingu também provocou mortes por doenças, já que os contatos com não-indígenas ficava cada vez mais frequente neste local.

Segundo relatos dos indígenas da Aldeia Kawêretxikô, os casamentos das mulheres ocorreram com homens indígenas de outras etnias, que passaram a adotar a língua Tapayuna e morar na casa do sogro. Essas novas relações ocorreram especialmente com indígenas das etnias Mebengôkrê e Panará, também deslocados de seu território original.

Após esse breve histórico dos deslocamentos e contatos, é importante destacar que a língua e cultura do povo Tapayuna sofreram transformações significativas para sua adaptação e sobrevivência até hoje. É sabido que uma língua muda, independente de fatores como os descritos, entretanto, as mudanças linguísticas transformaram não só o falar tradicional, mas influenciaram nas demais relações sociais estabelecidas nos contatos com o não-indígena e com indígenas de outras etnias, as quais nem sempre foram amistosas, pois todos estavam marcados pela luta e sofrimento de perder não só seu território, mas o desespero de se verem obrigados a construir sua identidade em um local sem a pertença de seu povo, sem o seu sagrado.

## 2 Caminhos metodológicos

A metodologia para essa pesquisa baseia-se no método qualitativo-interpretativista indicado em Bortoni-Ricardo (2008), em que foi utilizada a entrevista semiestruturada e observação participante, embasada em Chizzotti (1991). Como técnica de coleta de dados, os depoimentos foram gravados em áudio e após transcritos, como segue em anexo. A coleta de dados acontece em um momento de formação continuada de professores indígenas da Escola Municipal Goronã, realizada pelo Centro de Formação de profissionais da Educação Básica de Matupá – MT (CEFAPRO). O *corpus* da pesquisa está composto por relatos de dois professores-estudantes indígenas da etnia Tapayuna, moradores na Aldeia Kawêretxikô.

O primeiro entrevistado, doravante nomeado P1, encontra-se cursando o ensino superior em Pedagogia, e o segundo sujeito dessa pesquisa nomeado como P2, cursa o magistério indígena, ambos na modalidade de ensino semipresencial. Os excertos foram analisados à luz da Sociolinguística Variacionista, com enfoque nas evidências no contexto das línguas em contato, referenciado em Lucchesi (2017) e das atitudes e crenças em Barcelos (2007).

O estudo apresenta algumas reflexões acerca das influências e transformações resultando na língua falada pelos Tapayuna atualmente no desenvolvimento das competências comunicativas em língua portuguesa, sendo que para esse momento, a língua escrita não entra em questão. A presente análise busca colaborar para a compreensão do fenômeno linguístico que ocorre na Língua Tapayuna, tomada como L1 ou língua materna, em contato com a Língua Portuguesa, tomada como L2 ou língua adicional, como também infere a respeito desse fenômeno com outros contatos linguísticos possíveis que possam influenciar nas crenças e atitudes dos falantes, à luz das teorias que embasam o presente estudo.

A análise é permeada pela concepção da língua em uso e dos aspectos relacionados à formação da competência comunicativa dos falantes em relação à L2, neste caso, a língua portuguesa brasileira (LUCCHESI, 2017). As reflexões teóricas apresentadas nas



análises objetivam demonstrar as características acerca da variação gerada a partir dos contatos linguísticos com o não-indígena falante nativo da L2, bem como abordar as transformações que a língua sofreu para que ocorresse o processo comunicativo com falantes do português brasileiro. Os dois sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que suas identidades serão preservadas no anonimato.

### **3 Língua materna, contatos e aprendizado de língua portuguesa: a busca por pertencimento**

Rodrigues (2016, p. 188) esclarece que a classificação das línguas ocorre do “ponto de vista genético que permite classificar em conjuntos com origem comum mais próxima ou mais remota”, as quais recebem o nome de famílias linguísticas, sendo que atualmente o Brasil possui famílias linguísticas Tupí-Guaraní e Jê, sendo que cada uma possui línguas aparentadas em ordem mais remota, os troncos denominados Tupí e Macro-Jê.

O povo Tapayuna possui sua língua nomeada igualmente, mas também chamada ou classificada de Suyá, pertencente à família Jê, a qual faz parte do tronco linguístico Macro-Jê. As maiores influências decorrentes dos contatos linguísticos ocorrem antes da chegada ao Parque Indígena do Xingu, com as expedições às terras indígenas originárias, sendo que também naquele contexto, houve contatos com indígenas de outras etnias e não-indígenas.

Os contatos posteriores, ocasionado pelo deslocamento para a Terra Indígena Capoto-Jarina, ocorre com falantes indígenas em sua maioria da etnia Mebengôkrê, além de não-indígenas falantes não só de língua portuguesa que se torna a língua adicional pela frequência maior dos contatos, pelo ensino escolarizado, mas é importante ressaltar também a presença de pesquisadores de diversas nacionalidades, marcando assim as condições de vida e permanência do povo Tapayuna no Xingu.



Neste sentido, três aspectos sociolinguísticos podem ser destacados como potencializadores da mudança ou da variação linguística falada entre os Tapayuna: o número reduzido de falantes sobreviventes do etnocídio; a questão da inserção deles no ensino escolarizado em língua Mebengôkrê, dominante na região e geneticamente próximo da língua Tapayuna; e o aprendizado da variação padrão da Língua Portuguesa como L2. Segundo informações dos estudos realizados pelo Instituto Socioambiental (ISA)<sup>4</sup>:

A língua Tapayúna encontra-se em uma situação de atrito linguístico, ou seja, é falada- em um espaço onde já existe uma língua majoritária, o Mebengôkrê (Kayapó). Como essas são línguas semelhantes geneticamente e estruturalmente parecidas (pois são da mesma família linguística), o Mebengôkrê influencia diretamente os falantes da língua Tapayúna. Esses, por sua vez, ou sabem falar as duas línguas ou apenas compreendem o Mebengôkrê.

Assim as adaptações no falar dos indígenas Tapayuna foram feitas para o entendimento na convivência com outras etnias, das organizações sociais e políticas indígenas gerais do Parque Indígena do Xingu. Conforme Lima (2018), uma vez dependentes da organização de outra etnia dominante, considerando que inicialmente não possuíam território próprio, o povo Tapayuna passa a mudar também seus costumes e se adaptam aos novos modos de vida, costumes, festas e outras tradições, sendo que esses aspectos sócio-históricos e culturais contribuíram fortemente para a ocorrência de um tempo de silenciamento e posterior ressignificação na nova conjuntura sociolinguística para os indígenas Tapayuna.

O movimento reflexivo de pensar a língua nos atos de fala, nas interações sociais e em seu funcionamento interno em uma comunidade monolíngue não é algo simples, mas pensar na comunicação com um interlocutor de outra variante semelhante, no caso dos contatos com indígenas Mebengôkrê (Kaiapó), ou conhecer em pouco tempo uma língua necessária à sobrevivência como se apresentou a Língua Portuguesa para os

---

<sup>4</sup>Informações disponíveis em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapayuna#L.C3.ADngua>



indígenas Tapayuna, de fato é um exercício metalinguístico de extrema complexidade, principalmente quando trata-se de um ambiente multilinguístico como é o território xinguano.

Os delineamentos teóricos levam a muitos caminhos da compreensão de como os contatos linguísticos transformam a língua falada pelos Tapayuna no Parque Indígena do Xingu, imersos nesse contexto de diferentes comunidades de fala, que ora se aproximam, ora se distanciam tanto. A primeira reflexão refere-se a compreensão de como todo esse arcabouço linguístico influenciou a língua falada hoje na comunidade Tapayuna, tomando a língua portuguesa como língua-alvo da comunicação em ambientes e situações diversos nas quais transitam.

Nesse aspecto, a educação escolar indígena é organizada e possui papel preponderante no estabelecimento do aprendizado da variação padrão da língua portuguesa brasileira. A pesquisadora Ana Paula Piza Aoki, da Universidade Federal de Tocantins (UFT) em seu trabalho apresentado no Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística (Silel) realizado no ano de 2013, pela Universidade Federal de Uberlândia, estado de Minas Gerais (MG), reuniu em seu texto dados fundamentais para a compreensão desse processo no Brasil, como segue em Aoki (2013):

No contexto nacional o marco é a Constituição Federal do Brasil (1988), que dedica os Art. 210 e 215 à educação escolar indígena. A partir daí destacamos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394 (1996), que regulamenta os dispositivos da Carta Magna; o Plano Nacional de Educação PNE (1998); o Referencial Nacional para as Escolas Indígenas RCNEI (1998); a Lei 11.645 de 10 de março de 2008 e, mais recentemente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012). No âmbito internacional, os destaques são o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização dos Estados Americanos (OEA) (1997), a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos Indígenas (2007) e a Convenção N°169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas (OIT) (2011).

É possível perceber que o percurso ocorre em âmbito mundial. Dessa forma, a língua é herança, símbolo de resistência e mediadora das relações sociais estabelecidas



nos contatos, sendo essencial para que os objetivos dessa luta sejam alcançados e mais que isso, compreendidos plenamente pelos sujeitos indígenas e não-indígenas, somando-se à questão da importância da língua materna enquanto identidade.

Com isso, a educação escolar indígena também passa a ser uma necessidade, pois a instrução linguística tornou-se uma urgência para a busca de autonomia dos povos indígenas de forma geral. Mas a ânsia por aprender a língua falada pela maioria dos não-indígenas nem sempre caminhou junto à preocupação acerca da língua materna. Insere-se, então, o ensino bilíngue como forma de manter as línguas maternas vivas, o que também fomenta as pesquisas sociolinguísticas desse patrimônio imaterial, considerando tanto o registro e análise de cada etnia, como também as variações dos diferentes falares nas novas relações sociolinguísticas estabelecidas.

Neste cenário, a figura do professor indígena é estabelecida com a criação do primeiro curso de formação de professores indígenas do Parque Indígena do Xingu em 1997, porém, segundo os estudos de Camargo e Trindade (2017), o interesse de indígenas Tapayuna em serem professores ocorreu apenas no ano de 2000, fato considerado recente que acarretou a busca pela instalação da Escola Indígena Goronã, contemplando o ensino formal da Língua Portuguesa e revitalização da língua Tapayuna, tendo a mediação do ensino básico por falantes da língua moradores na Aldeia, além do assessoramento de linguistas escolhidos pela comunidade para elaboração de material didático próprio da etnia. Preuss e Álvares apresentam a seguinte leitura da política linguística através da escola:

[...] por meio da Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB), nº 3, de 10 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999) que trata da normativa sobre o funcionamento das escolas indígenas, há o reconhecimento que estas devem ser regidas por ordenamentos jurídicos e normas próprias que lhes permitam o estudo bilíngue e intercultural. (PREUSS e ÁLVARES, 2014, p. 408).

A etnia Tapayuna ainda vigora dentre as que ainda possuem falantes vivos da língua materna em diferentes faixas etárias, pois é a primeira língua falada pelas crianças,



apesar da ocorrência de casamentos com falantes de outras etnias, é a língua falada pela mãe e, seguindo a tradição Tapayuna, a língua que prevalece na formação linguística do filho. Com a decisão do povo Tapayuna de mudarem-se para a Aldeia Kawêretxikô, local em que vivem até hoje, impacta na inserção de falantes adultos de outras etnias também nesse ambiente mais isolado, uma vez que os maridos, em sua maioria indivíduos de matriz cultural e linguística Kayapó, encontraram-se no compromisso de acompanhar as mulheres e filhos, passando a adotarem definitivamente a etnia Tapayuna ou se disporem a aprendê-la.

A difusão sociolinguística recai em acordos para comunicação entre os interlocutores em determinadas posições sociais, sendo que estavam convivendo em espaço cultural específico Tapayuna, mas da mesma forma multilíngue, fator que pode ter facilitado o aprendizado de outras línguas. Tendo em vista o processo de revitalização através das diversas práticas sociais de linguagem comuns a indígenas e não-indígenas (como a consulta médica, a escola, as formações de profissionais, dentre outras), a língua portuguesa como L2 torna-se, então, fundamental tanto dentro da nova comunidade indígena Tapayuna, como fora, visando o acesso às diferentes informações e possibilitando a mobilização sócio-cultural do povo, além de romper a fronteira linguística de poder simbólico.

#### **4 O português brasileiro na fala de dois indígenas tapayuna**

Novamente remetemos a Lucchesi (2012, p. 50) quando afirma que “o Brasil é um dos países mais monolíngues do mundo, pois mais de 98% da sua população tem apenas o português como língua materna”, apontando para um passado de multilinguismo, que agora é bastante localizado, a exemplo do recorte desta análise

Entre os indígenas de forma geral, a norma padrão oficial foi adotada e ensinada na escola, sendo que esse fato também causa o estranhamento do aluno indígena ao ouvir uma variação que não corresponde à língua indígena materna nem à Língua Portuguesa padrão. Tal estranhamento incorre nas atitudes dos falantes indígenas em relação ao



juízo de sua competência comunicativa, tendo formado em sua mente a ideia de uma língua ideal.

Foi realizado um questionamento apenas para que o entrevistado não ficasse intimidado com muitas perguntas, levando em consideração o respeito a própria cultura Tapayuna. A pergunta foi: Você poderia contar um pouco sobre como aprendeu a falar em língua portuguesa? sendo que a resposta foi gravada em áudio digital e após transcrita. Através da análise dos excertos, percebe-se que há ainda dificuldades com relação à concordância nominal e verbal, em que podemos perceber as tentativas decorrentes de uma adequação linguística retomada várias vezes pelo falante P1:

P1: Eu estudei primeiro **na minha língua materna** eu aprendi um pouco aqui na aldeia e depois para estudar lá num onde é Aldeia Piaracu eu (...) eu estudei né, Eu **estudei e aprendi** e depois um **curso não vai acontecer** foi eu **transferir transferido** na na cidade aí eu to fazendo lá assim que eu **aprendieu** e eu não **aprendi** lá lá fora da cidade **mais eu aprendi** na dentro da Aldeia e depois a gente tava estudando lá lá fora **entendeu?** não é na cidade. **Desculpa eu to falando errado.** É (...) primeiro aí eu **aprendi na minha língua e depois a língua de vocês** eu aprendi dentro da Aldeia para falar um pouco de português né e depois tô fazendo curso lá é... o curso **não vai acontecer** lá **eu transferiu** na ald(...) na cidade né na cidade pra fazer um um estudo **com o que eu fazer a sua língua** né e (...) enfim assim que eu aprendi na sua língua, mas eu tou fazendo **ainda não é um falar falar falar craro não. É assim que eu aprendi.** (entrevistado em 27 jun. 2018).

Podemos observar a L2 (língua portuguesa brasileira) como um processo que ainda está em construção. Nas combinações lexicais e semânticas ainda há recorrentes adaptações, especialmente nos destaques feitos para identificar essas marcações e retomadas, a fala possui parâmetros estabelecidos a partir das vivências dos falantes com as diversas línguas as quais convive, portanto o ato comunicativo se dá gerado de heranças sociolinguísticas, em que a língua vai se adaptando ao ato de comunicação que a exige, resultando em variações de uma mesma língua constantes ao longo do tempo.

Entretanto, como não há um estudo do léxico da língua materna Tapayuna fica no campo das hipóteses uma relação da influência da língua materna no falar atual desse sujeito, tendo em vista a possibilidade da transferência de algumas regras da língua



materna para a variação da língua portuguesa falada por P1. No caso, podemos destacar que a fala das sentenças demonstra uma evidência da influência dos contatos com o não-indígena. A preocupação em ser entendido pelo seu interlocutor revela a percepção da variação que P1 fala ser diferente da falada pela pesquisadora, gerando as retomadas para completar a ideia e consolidar a comunicação com o outro.

Essas atitudes podem suscitar a influência do ensino da Língua Portuguesa na escola, onde a estratégia para consolidar a comunicação em L2 gera uma variação de língua transitória à medida em que se aproxima da confirmação da variação alvo ainda a ser adotada pelo falante P1, chamada por Lucchesi (2002) padrão normativo ideal. É fundamental enfatizar a complexidade dos níveis decorrentes do contato linguístico com a língua portuguesa, esse processo interno de aprimoramento do desempenho é instável e se transforma a cada nova adequação. Retomemos os destaques do excerto para abordar questões das atitudes linguísticas de P1:

P1: Desculpa **eu to falando errado**. É (...) primeiro aí eu aprendi **na minha língua e depois a língua de vocês** eu aprendi dentro da Aldeia para falar um pouco de português né e depois tô fazendo curso lá é... o curso não vai aconteceu lá eu transferiu na ald (...) na cidade né na cidade pra fazer um **um estudo com o que eu fazer a sua língua** né e (...) enfim assim que eu aprendi na sua língua, **mas eu tou tou fazendo ainda não é um falar falar falar “craro” não**. É assim que eu aprendi. (entrevistado em 27 jun. 2018)

A relação com o curso assume o papel importante no aprimoramento da língua portuguesa e influencia na tomada de consciência da variação da língua alvo que se idealiza, em que sai da aldeia para a cidade, com o aprendizado pautado mais em práticas escolarizadas em língua portuguesa brasileira de forma intensiva, antes, iniciado dentro da aldeia, como o próprio falante descreve. O aprendizado da L2 na escola ocorre primeiramente em língua materna (minha língua), para depois avançar no contato com os falantes da L2 e aprendizado da língua portuguesa brasileira.



O próximo excerto evidencia outras marcas da variação da língua portuguesa falada por Tapayunas, mas P2 menciona que sua aprendizagem não foi inicialmente na escola, apesar de afirmar que primeiramente aprendeu a ler:

P2: Então (...) bom dia professora Jislaine. Então, como você tá perguntando para mim é (...) **onde que eu estudei e falar português né**, eu comecei aprender a ler primeiro né, **quando eu era 12 por aí**, aí depois quando eu tava comecei a ler e aprender a Português no no **português que eu tava aprendendo não é da escola** quando eu tava **quando eu tava assim técnica indígena que estava passando na aldeia aí eu conversei assim como amigo né** por isso que **eu tava aprendendo no português mas não professores indígenas** eles eles estão falando na língua não por isso que eu aprendi **anti** de de leitura assim e depois eu conversei com técnica brancos por isso que eu falo português antes de (...) depois da leitura.

Novamente é possível perceber em P2 as adequações em estágio de construção das sentenças para atingir satisfatoriamente o ideal da competência comunicativa em língua portuguesa brasileira. Aqui podemos evidenciar os recursos de repetição, por exemplo, como estratégia para que a comunicação seja compreensível pelo interlocutor.

A informação referente à aprendizagem escolarizada, neste caso, é descrita iniciando com o processo de leitura com professores indígenas. É interessante perceber a ênfase na interação com o falante da L2, com a técnica com a qual P2 conversava como amigo, ou seja, em um processo espontâneo e não escolarizado, ou seja, demonstra a consciência da existência de campos de comunicação, no qual a língua portuguesa aprendida no contexto escolar indígena não é a mesma língua portuguesa que é falada fora da escola.

Podemos aludir essa marcação à não adequação do material pedagógico não só para os povos indígenas, mas de forma geral, nos quais a variação linguística não é valorizada ou possui um espaço muito pequeno no planejamento pedagógico. Concordamos com Barcelos quando a autora afirma que:

Em outras palavras, sem uma mudança das crenças dos professores, as mudanças feitas nas outras fases da operação global (planejamento, produção de materiais, avaliação) serão apenas transições superficiais. (BARCELOS, 2007, p. 116)



Paiva (2014), afirma que vivemos em uma ilusão de uma língua homogênea, quando na língua real estamos imersos em um ambiente multilíngue, mesmo que seja apenas em dialetos. O aprendizado de uma língua requer essas adaptações transitórias, modificáveis ao longo das experiências e contatos com os diversos contextos comunicativos da língua alvo pelo aprendiz.

A questão da aprendizagem de uma segunda ou terceira língua, no caso do multilinguismo ao qual estão imersos os falantes indígenas Tapayuna, por exemplo, não ocorre de forma descolada dos sentidos e funcionamento da vivência com vários aspectos sociolinguísticos, portanto, nesse processo de estabelecer a identidade linguística da variação da L2 em relação aos usos sociais da língua, como descrito por P2, estão envolvidos elementos referentes também aos posicionamentos sociais que P1 ocupa na aldeia.

### **5 Reflexões necessárias, mas não finais**

O bilinguismo já é uma realidade entre os povos da etnia Tapayuna demonstrados nos excertos analisados de P1 e P2. É possível perceber pelas marcações que há a existência de um processo de variação linguística do português brasileiro transitório e em desenvolvimento pelos falantes aprendizes. Porém o multilinguismo pode ser melhor evidenciado em uma futura análise das demais variações entre falantes da língua Tapayuna com relação à outras línguas, como o Kaiapó, por exemplo, em que segundo relato dos indígenas, alguns falam, outros apenas compreendem, parecendo-nos mais adequado utilizar no estudo em um ambiente de línguas em contato como Parque Indígena do Xingu, a afirmação de Preuss e Álvares (2014):

Assim, com o passar do tempo, a concepção de bilinguismo foi se transformando e ampliando. Como exemplo, destaca-se o argumento de Edwards (2006) que, considerando a pluralidade linguística mundial, defende que todas as pessoas conhecem pelo menos alguma palavra em outra língua, além da variedade linguística materna, e que o fato de se



entender uma palavra em língua estrangeira já poderia ser tomado como indício de uma competência bilíngue. Além disso, Gass e Selinker (2008) salientam que, para alguns teóricos, o termo bilíngue também acaba incorporando a noção de multilinguismo [...]. (PREUSS e ÁLVARES, 2014, p. 405).

A escola possui um papel fundante no conhecimento e consciência da variação linguística da Língua Portuguesa, idealizada pelos sujeitos dessa pesquisa, que também evidenciam a importância de se aprender inicialmente em língua materna e depois em língua portuguesa em situações não apenas de fala escolarizada ou fragmentada, com pedaços da língua descontextualizados, mas nas interações pluriculturais diversas, conforme Rojo pondera:

Em um *designe* de currículo pluralista, culturas e identidades dos aprendizes devem fazer parte da construção do conhecimento. Para isso, é preciso levar em conta três elementos: os modos de aprendizagem, os conteúdos de aprendizagem e o grupo envolvido ou o contexto estabelecido no processo de aprendizagem. As diferenças (culturais, identitárias) são positivas nesse contexto de aprendizagem, pois podem conduzir o aprendiz à percepção e à colaboração com as diferenças. (ROJO, 2013, p. 137).

As interações com os técnicos em situações reais de uso da língua, em cursos fora do contexto indígena são fundamentais para a formação e ampliação do repertório da L2, no caso, a língua portuguesa brasileira, percursos evidenciados nos excertos e necessário para traçar estratégias de comunicação, aprimoradas ao longo do tempo pelos falantes indígenas Tapayuna.

Há que se identificar nesse contato da língua indígena Tapayuna e língua portuguesa também as relações de poder que, muitas vezes, os impedem ou os desestimulam a interagir em L2, refletidas nos destaques nos quais enfatizam que ainda não falam uma língua clara, como afirma P1, que podem gerar também o sentimento de haver um falar mais bonito ou mais feio da L2. Neste sentido, Paiva (2014, p. 172) aborda as visões de Bordieu e Bakhtin, nas quais “a língua não pode ser idealizada” e “as relações



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

no uso da língua tem implicações importantes no modo como os aprendizes são posicionados pelos outros”.

É fundamental enfatizar que a aprendizagem de uma variação tão distinta como o português brasileiro é da língua Tapayuna, não é um processo rápido ou fácil. O aprendiz indígena linguisticamente, e também em todos os outros aspectos, é participante de uma comunidade de prática multilíngue, em uma construção constantemente instável no que tange às variações de outras línguas ocidentais ou de determinadas etnias estando, portanto, em constante transformação identitária. Cabe aos linguistas e sociolinguísticos fomentar as pesquisas e principalmente a sensibilidade para a valorização e respeito devido à toda herança das línguas indígenas na formação social, histórica e cultural da língua portuguesa brasileira.

### Referências

AOKI, Ana Paula Piza. Educação escolar indígena: aquisição da língua inglesa pelos alunos apinayé de São José e Mariazinha. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, número 1, 2013, Uberlândia. **Anais do SILEL**. Uberlândia: EDUFU, 2013. Volume 3. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas**. [S. l.], 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v7n2/06.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CAMARGO, Nayara da Silva; TRINDADE, Nilson Santos. Aspectos Histórico, Socioculturais e Sociolinguísticos do povo Tapayuna. **Revista espacios**. Caracas, 2017. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n57/in173857.html>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Tapayuna**. Disponível em: <<https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapayuna#L.C3.ADngua>>. Acesso em: 06 out. 2018.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil: Tapayuna.** [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapayuna>>. Acesso em: 13 maio 2019

LIMA, Daniela Batista de. Quem são os Tapayuna. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2018/03/27/quem-sao-os-tapayuna/>. Acesso em: 15 maio 2019.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Aquisição de segunda língua.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PREUSS, Elena Ortiz; ÁLVARES, Margarida Rosa. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 36, n. 4, p. 403-414, out. 2014. Disponível em: <[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/23169/pdf\\_46](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/23169/pdf_46)>. Acesso em: 03 dez. 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. **Revista brasileira de Linguística antropológica**, Brasília DF, v. 8, n. 2, p. 187-195, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/viewFile/27188/19200>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

ROJO, Roxane (Org.). **Escola Conectada: os multiletramentos e as Tics.** São Paulo: Parábola, 2013.

Recebido Para Publicação em 31 de maio de 2019.

Aprovado Para Publicação em 28 de julho de 2019.